

O “MUSEU” ANTES DO MUSEU: SENSIBILIDADE E ÉTICA MUSEOLÓGICA DEDICADAS À COLEÇÃO ARTHUR BISPO DO ROSARIO

Vinicius José

“Que eu me organizando posso desorganizar/

Que eu desorganizando posso me organizar”

Chico Science

A citação acima, retirada da canção *Da lama ao caos* – marco fundador do movimento Manguebeat –, guarda ressonância com o gesto organizacional de Arthur Bispo do Rosario. Sua missão, complexa e intransigente, nos convoca a repensar o que significa organizar o mundo. Ao mesmo tempo, deve servir de alerta rigoroso a toda tentativa de musealização que incida sobre sua obra desde a institucionalização de seu espólio.

Bispo registra: “Como é que eu devo fazer um muro no fundo da minha casa” – num suporte perfurado, entre o escrito e o bordado, numa técnica singular que se entrelaça à sua linguagem. Uma frase aparentemente banal carrega o peso de uma fundação. Que muro? Que fundo? Que casa? Não se trata apenas de instrução, mas de convocação simbólica – o desejo de instaurar um limite, de erguer uma estrutura própria. A numeração que a antecede, “434”, está longe de ser acidental: ela revela um sistema, uma classificação. Um código cuja chave nos escapa, mas de intenção explícita.

Nesse gesto se desdobra uma arquitetura conceitual. O muro é fronteira e abrigo. É linha entre o dentro e o fora, o visível e o oculto. É a primeira parede do “museu-casa” de Bispo, erguido com o que foi descartado nos corredores do Pavilhão Ulisses Vianna. O que ali se esboça não é uma prévia do museu institucional, mas um museu originário –

um museu que antecede, fricciona e desestabiliza qualquer lógica museológica posterior. A Coleção Arthur Bispo do Rosario é, antes de tudo, um sistema de mundo. Um pensamento em forma de acervo.

Um acervo já musealizado

É preciso partir dessa provocação: o que significa musealizar um acervo previamente musealizado? Que ética é requerida de nós quando nos colocamos diante de uma obra que já acumulou, ordenou, classificou e exibiu conforme sua própria lógica? Como operar sem apagar a operação primeira? Como preservar sem trair?

A Coleção de Bispo não é um amontoado de objetos, mas um sistema coerente em sua opacidade. Cada bordado, miniatura, inscrição ou composição obedece a uma ordem interna – não normativa, não institucional, mas persistente. Há uma repetição com propósito. Uma organização com intenção. Um gesto museológico imanente, atravessado por um projeto transcendental.

A numeração obsessiva, a taxonomia críptica, o agrupamento de elementos segundo lógicas invisíveis: tudo aponta para um pensamento museal próprio. O museu-casa de Bispo abriga suas obras e é feito por elas. O espaço não é um recipiente: é obra em si. Cada módulo é célula de uma arquitetura simbólica maior.

O segundo gesto: museologia como escuta

Diante dessa fundação inaugural, toda museologia institucional é um segundo gesto. Vem depois. O museu como conhecemos chega tarde, tentando proteger aquilo que já foi protegido, nomear o que já foi nomeado, organizar o que já estava organizado – por outra lógica, outro idioma.

A questão não é apenas técnica, é epistemológica. Como evitar que, ao tentar conservar, desmontemos o sentido? Como impedir que uma desorganização se instale sob o nome da preservação? Toda intervenção sobre essa coleção é inscrição sobre um gesto anterior – e precisa reconhecer-se como tal.

A museologia que se aproxima da obra de Bispo deve atuar menos como instrumento classificatório e mais como escuta cuidadora. A ética do cuidado aqui não é retórica, é método. Exige humildade epistemológica. Uma atenção que reconheça a precedência do gesto criador sobre o gesto preservador.

Contra a fragmentação: a ética da integridade

Evitar a fragmentação é parte essencial desse compromisso. Separar as ORFAS¹, por exemplo, para atendimento de critérios expositivos, desejos curatoriais ou mesmo preservacionais, pode desmontar zonas de sentido que talvez só o próprio Bispo compreendesse integralmente. A lógica institucional, se imposta, pode obliterar a lógica do autor.

Nesse sentido, a patrimonialização do espólio – primeiro em nível estadual e, depois, federal – constitui um avanço importante, mas não suficiente. O cuidado ético com o acervo reside no cotidiano, no trato minucioso com cada módulo, na escolha de cada suporte, no gesto de montagem, no tempo da escuta.

Como fiel depositário desse legado, o Museu Bispo do Rosario cumpre a ordem deixada pelo artista em conversa com Hugo Denizart: a Colônia Juliano Moreira é o lugar de sua apresentação à humanidade². Esse vínculo geográfico, simbólico e existencial não pode ser dissolvido pela institucionalização.

Conservação como escuta: limites da técnica

A atenção ética que se impõe é dupla: com os objetos em si e com o sistema que os sustenta. A fragilidade material é evidente – resultado do uso de refugo manicomial como suporte: panos puídos, materiais diversos e, muitas vezes, conflitantes e que convivem num mesmo módulo. A xilofagia, a instabilidade, umidade e outras variantes ambientais são desafios concretos à conservação.

Mas há também o outro risco, o de não reconhecer que ali há saber. Que a disposição dos objetos, seus nomes, suas sequências, seus agrupamentos – tudo isso é parte da obra. A escuta, aqui, deve preceder a intervenção. Antes de preservar o objeto, é preciso preservar a arquitetura de sentido que o sustenta. E isso exige mais que técnica, exige epistemologia.

¹ Termo cunhado por Frederico Morais para a designação dos objetos recobertos de fio azul.

² Depoimento do artista ao cineasta em *Prisioneiro da passagem*

Uma crítica viva à museologia dominante

Enquanto os grandes museus do Ocidente foram erguidos sobre os escombros de guerras, pilhagens e colonizações, o museu de Bispo nasce ao avesso: é fundado por um despossuído e constituído do que foi descartado. É um museu universal de outra ordem, que se realiza não pela acumulação violenta, mas pela reconversão simbólica do refugo.

João Cabral de Melo Neto, por coincidência poética, escreve:

*Este museu de tudo é museu
como qualquer outro reunido;
como museu, tanto pode ser
caixão de lixo ou arquivo.
Assim, não chega ao vertebrado
que deve entranhar qualquer livro:
é depósito do que aí está,
se fez sem risco ou risco. (MELO NETO, 1988: 269)*

Um olhar sobre o Todo a partir da sinédoque. O delírio, nesse contexto, não é ruído: é linguagem. O museu-casa de Bispo ordena por urgência interior, por impulso poético. É projeto e profecia.

Preservar o gesto

A proposta aqui não é uma museologia do silêncio, mas da atenção. O museu-casa de Bispo ainda está de pé – mesmo que deslocado, mesmo que fragmentado. Cabe a nós não o destruir em nome do zelo. Não o reorganizar até que desapareça sua organização própria.

Trata-se de preservar o gesto. A ação. O primeiro museu. Preservar o número “434” e todas as camadas de sentido – materiais e espirituais – que ele carrega. Pois é dessa fusão entre imanência e transcendência, entre lixo e linguagem, entre mundo e desmundo, que emana uma das propostas artísticas mais radicais que já nos chegaram.

Não há neutralidade possível diante da obra de Bispo. Há escolhas. Que sejam feitas com escuta, com humildade, com a consciência de que o museu que veio depois não pode apagar o que já estava lá – não como ruína, mas como fundação. E que todo e qualquer processo museológico não abarca, enclausura e delimita essa produção em sua totalidade.

A musealização, nesse sentido, tem de ser consciente acerca de sua característica de uma escrita sobre uma escrita. É preciso assumir que toda curadoria, toda proposição expositiva, todo catálogo *raisonné* é, em alguma medida, um palimpsesto – e que, nesse sentido, ao escrever sobre o “museu” de Bispo, escrevemos sobre algo já escrito, inscrito, organizado e curado. O risco ético está exatamente aí: apagar ao tentar preservar, obscurecer ao tentar interpretar. Por isso, nossa ação deve estar sempre alinhada e amparada por uma lógica de documentar sem sobrepor. Preservar sem eclipsar.